

Que Educação Queremos?

JOSÉ MATIAS ALVES

A educação que queremos para este presente e próximo futuro tem muito a ver com a nossa concepção de sociedade, de ordem social, de ser humano, de vida desejada. Telegraficamente, escrevo: quero uma sociedade mais livre e mais justa, uma ordem social mais fraterna e respeitadora das diferenças, um ser humano promovido na sua dignidade, na sua identidade, nas suas múltiplas inteligências, uma vida liberta dos grilhões da opressão e da pobreza, da asfixia de uma política que faz da falsidade, da mentira e do faz de conta o seu bilhete de identidade.

Quero, pois, uma educação mais humana, mais liberta das *tentações caninas*, mais próxima das pessoas e dos contextos, mais exigente nos dispositivos de aprendizagem de todos.

Nesta visão enuncia alguns desafios para as escolas e para os professores.

DESAFIOS PARA AS ESCOLAS

1. *Desafio da autonomia.* Dada a complexidade crescente do ato educativo, só uma escola mais autónoma pode cumprir o mandato de educar todos os cidadãos que *são obrigados* a frequentar a escola. Porque só

uma escola com poder de decisão sobre como organizar os processos de ensino e aprendizagem, como afetar os recursos que dispõe, como gerir espaços e tempos pode gerar mais sucesso. Se queremos uma escola mais sucedida temos de ter mais liberdade de pensar, organizar e gerir os projetos pedagógicos e educativos. Tem, contudo, de ser uma autonomia desejada, valorizada pelos professores, instituída e não decretada. E para que seja desejada tem de deixar de ser um simulacro e um faz de conta. E tem de significar uma ação profissional mais detentora do seu destino, mais criadora e mais autoral. Estou plenamente convencido que há muitos professores que não enjeitam esta possibilidade. Diria até mais: estou convencido que muitos professores estão disponíveis para ver que só deste modo se sentirão profissionais. Só deste modo se sentirão gratificados e orgulhosos de ser professor.

2. *Desafio da inserção territorial.* Uma escola sozinha pode muito pouco. Uma escola a quem *tudo foi confiado* (numa clara desresponsabilização social), uma escola que sobrevive asfixiada num mandato excessivo de ter de fazer (e ser) tudo só pode ver degradada a sua imagem pública e arruinado o seu projeto educativo. Por isso, a escola tem de se organizar numa lógica de rede, de interação com todas as agências políticas, culturais, associativas, desportivas... que operam num determinado território. O território por excelência é, naturalmente, o município. A escola tem de ser parceiro ativo na construção de um projeto educativo municipal. E os órgãos autárquicos têm de assumir a responsabilidade de congregar visões, vontades e recursos. A autonomia da escola concretiza-se neste cenário de interdependência ativa e numa proximidade que só pode significar uma elevação das qualidades da educação.

3. *Desafio da construção de uma comunidade educativa.* A autonomia, a interdependência, a inserção territorial são os ingredientes chave da construção de uma *comunidade educativa*. Como sabemos, o Diário da República diz que a escola é uma comunidade educativa. Mas este enunciado não passa de uma ficção. Para que uma escola seja uma comunidade educativa tem de ser laboriosamente construída por todas as entidades que são membros da comunidade: os professores, os alunos, os funcionários, os pais, as autarquias, as empresas, as associações locais, as entidades públicas que operam no território. E só há um *fórum* onde esta intersecção é possível: um conselho municipal de educação e formação, evidentemente renovado nas suas competências e composição onde todos estes autores têm a legitimidade de decidirem sentidos e rumos para a educação.

4. *Desafio do reconhecimento social.* A escola só existe, só é procurada pelas famílias se for reconhecida como uma instituição credível, como uma organização que se mobiliza para realizar os melhores processos educativos e alcançar os melhores resultados possíveis. Uma escola que não é procurada pelas famílias, que não é reconhecida pelo valor da sua ação tende a fechar as suas portas. É, por isso, fundamental, abrir-se aos contextos, incrementar os processos de comunicação, escutar, interagir, dialogar. Dar conta dos seus sucessos e das suas dificuldades. Não recear a honestidade e a transparência da verdade. Porque só assim gerará a confiança e o compromisso.

5. *Desafio da responsabilidade.* Uma escola mais livre e mais autónoma, territorialmente inserida, só pode ser uma instituição mais responsável que faz tudo o que está ao seu

alcance para providenciar uma melhor educação. Mas esta responsabilidade é obrigatoriamente partilhada em sede da comunidade educativa (e aqui reside uma das óbvias vantagens deste conceito de escola). Os professores, os alunos, os pais, as autarquias, as empresas têm uma quota parte de responsabilidade na conceção e realização dos projetos educativos. E a educação só melhorará na assunção clara desta responsabilidade partilhada.

6. *Desafio da (des)aprendizagem.* Uma escola é uma instituição especializada no ensino, leia-se, especializada no fazer aprender *todos* os alunos que acolhe. Para ensinar todos de modo diferenciado e eficaz tem de se dispor a aprender permanentemente. A aprender com os êxitos e inêxitos, com os problemas e os sucessos. Numa palavra, a escola tem de ser uma organização aprendente, tem de gerar oportunidades para que cada um dos seus membros se disponha a uma aprendizagem contínua. E para isto é imprescindível parar, refletir, interagir, colaborar, dialogar, procurar novas respostas para velhos e novos problemas.

7. *Desafio da diversidade e flexibilidade.* A escola confronta-se hoje com uma diversidade de públicos, com uma larga heterogeneidade de culturas, interesses, ideologias, vontades. Tragicamente, continua a organizar-se no pressuposto de que é possível *ensinar todos como se todos fossem um só*. A trama burocrática do centralismo, da uniformidade, do currículo único, do comando e do controlo central, da padronização, *da chapa cinco*; a instituição de uma ordem rígida e única e a crença (hoje absurda) numa racionalidade olímpica e no *the one best way* é o caminho seguro para o desastre. A criação de uma Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares é o exemplo paradigmático da perpetuação de uma ordem medieval e vassálica. Só um outro paradigma, fundado na liberdade de organizar de outro modo os processos de escolarização, poderá responder com mais profissionalismo e eficácia aos desafios que hoje enfrentamos.

Mas é preciso enunciar outros desafios, nomeadamente dirigidos aos professores, autores centrais de uma renovação da educação.

DESAFIOS PARA OS PROFESSORES

1. *Desafio da vontade.* O primeiro dos desafios é perceber os fatores que têm levado os professores a quererem abandonar a profissão. Que têm feito da vida profissional uma tormenta. Que têm reforçado a *impossibilidade* de uma profissão. Temos de acender os detonadores que façam os pro-

fessores voltar a acreditar na imprescindibilidade de uma profissão. Que os façam ver a gratificante *alegria de ser professor*. Nesta senda escarpada, só vejo uma possibilidade: criar espaços e tempos para uma interação profissional mais reconfortante, mais securizante, mais gratificante. Porque há muito mais a unir-nos do que a separar-nos. Porque só nos temos a nós mesmo como aliados.

2. *Desafio do saber*. Os professores são os profissionais do conhecimento. Têm de estar permanentemente atualizados, têm de estar cientificamente informados dos conhecimentos que se vão produzindo. As associações profissionais e as universidades têm aqui um papel de grande relevância e têm, provavelmente, de fazer mais do que têm feito. Mas também cada professor, cada grupo, cada departamento. Fazendo dos tempos de reunião, tempo de partilha e de produção de conhecimento. E da própria ação profissional um procedimento de investigação sobre os problemas que se vão enfrentando. Este é o sentido maior de um ofício *intelectual* que não pode deixar de se questionar e de procurar as respostas. Não podemos aceitar cumprir o papel de ser a *voz do dono*, de ser o funcionário *cansado* que cumpre as instruções e as ordens superiores. Nós é que temos de saber como devemos ensinar, mesmo aqueles alunos que não querem aprender. Ou pelo menos, procurar a resposta.

3. *Desafio do poder e da autoridade*. Querer, saber e poder. Temos de afirmar *muito mais* o nosso poder que existe muito mais do que pensamos. Temos de nos ver como autoridade. Porque o conhecimento é a pedra angular da distinção. Porque ser autor é ser criador das respostas ajustadas para os problemas concretos e que só nós somos capazes de decidir. A nossa autoridade advém, em larga escala, desta possibilidade de afirmarmos um saber fazer concreto, situado, ajustado, eficaz. Que ninguém pode exercer em nosso nome.

4. *Desafio da autonomia individual e coletiva*. Como intelectual que é, o professor tem de ter a possibilidade de tomar decisões sobre o como ensinar, o como avaliar, o como diferenciar a sua ação pedagógica. Tem por isso de ter uma larga autonomia decisória. Mas, ao mesmo tempo, tem de colocar a sua autonomia ao serviço da autonomia do grupo profissional (em sede de departamento, de conselho de turma, de grupo disciplinar...). Porque há decisões que só podem ser tomadas nesta esfera específica. E a profissão tem muito a ganhar com o desenvolvimento de uma comunidade de profissionais.

5. *Desafio de uma cultura interativa e colaborativa*. Autonomia coletiva desenvolve-se numa lógica de interação e colaboração. As culturas profissionais alicerçam-se em práticas sistemáticas de interação e colaboração que elegem os exercícios profissionais como foco de interpelação. Precisamos *como do pão para a boca* de ver esta oportunidade de desenvolvimento. E ver só pode ser ensaiar, experimentar, avaliar, pensar, interagir, dentro e fora da sala de aula. Os líderes escolares têm neste campo a particular responsabilidade de criar estas oportunidades das pessoas verem e praticarem.

6. *Desafio de uma avaliação formadora*. Os professores foram treinados para serem juizes do conhecimento revelado pelos alunos. E a assumirem, sobretudo, o papel de classificadores e pré-autores dos certificados e das credenciais escolares. Mas seria importante que os professores se revissem, sobretudo, como geradores de oportunidades de aprendizagem. Porque o seu papel mais nobre é justamente fazer crescer o outro, fazer ver aos alunos o poder do conhecimento, vê-los evoluir em termos cognitivos, afetivos, relacionais, pessoais, sociais... E, sendo assim, a avaliação pedagógica poderia estar mais ao serviço deste desiderato, ao serviço desta ambição primeira.

7. *Desafio do reconhecimento*. Para que os professores possam ser a chave essencial do futuro de milhões de pessoas; para que a escola possa ser essa casa de humanidade; para que a educação do futuro se veja liberta das ameaças das múltiplas exclusões, o professor tem de ser política e socialmente reconhecido na sua imprescindibilidade. O que está longe de acontecer. Por efeito do *inverno demográfico*, os professores têm sido dispensados aos milhares, frequentemente minorizados e desautorizados, subliminarmente impelidos a requerer a aposentação antecipada porque já não aguentam a pressão. Os efeitos de uma política de penalização do ofício docente (mais alunos por turma, intensificação e aumento do trabalho...) vai fazer rebentar a corda do stress e transformar a profissão num difícil exílio.

Sete mais sete desafios que se colocam hoje à escola portuguesa. O mesmo é dizer aos cidadãos portugueses e ao futuro de Portugal. E, se não quisermos hipotecar definitivamente este futuro —, muito para além da dívida — seria bom que todos nos determinássemos a exigir outro presente.

JOSÉ MATIAS ALVES

CENTRO DE ESTUDOS EM DESENVOLVIMENTO HUMANO
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA